

Montes Claros, 25 de maio de 2020

À ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Prezados Senhores,

Com nossos cordiais cumprimentos, o Mestrado Associado UFMG/Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território, curso de mestrado na área de Planejamento Urbano e Regional desenvolvido em associação da Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Estadual de Montes Claros, vem manifestar seu interesse em se associar a ANPUR.

Como parte dos procedimentos de candidatura, tomamos a liberdade de encaminhar relato das atividades de ensino e pesquisa desenvolvidos pelo programa.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração. Atenciosamente.

Atenciosamente,



Fausto Makishi

Coordenador do mestrado associado em
Sociedade, Ambiente e Território

**Mestrado Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território:
cenário regional e importância da proposta.**

O Norte de Minas Gerais começou a se constituir como região a partir dos anos 1970, em virtude da expansão polarizadora do município de Montes Claros, que se acentuou nesta época em decorrência da inserção na área da Sudene, no Polígono das Secas e, no nível do governo estadual, na área-programa da Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas, Sudenor. Isso carrou para Montes Claros, principalmente, um conjunto de empresas, serviços e investimentos que num curto período de tempo deram à cidade capacidade de polarizar todo o Norte e porções do Noroeste e Jequitinhonha mineiros, além de partes do Sudoeste da Bahia.

A região Norte de Minas Gerais fica na fronteira entre o Sudeste e o Nordeste brasileiros, e também é fronteira entre os biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica. Por conta dessa posição fronteiriça a região é marcada pela diversidade ambiental, cultural e social. A extremidade norte de Minas Gerais tem a singularidade de ter sido uma das primeiras regiões mineiras a receber povoamento – no século XVII, quando ainda era parte da Capitania de São Paulo – e, contraditoriamente, continuou até quase finais do século XX com áreas rurais abertas à ocupação livre, tendo sido por isso a última fronteira agrícola de Minas Gerais e do Sudeste brasileiro, permanecendo parcialmente nesta condição até os anos 1980 (OLIVEIRA, 2000; RIBEIRO, 2010).

Na ocupação dessa fronteira agrícola, que foi concluída entre fins da década de 1960 e começo da década de 1980, a região Norte de Minas Gerais passou por profunda transformação agrária. Essa mudança foi provocada por um movimento combinado de política pública, especulação financeira, grilagem e interesses agrícolas e industriais, numa ação orquestrada de tomada de terras camponesas e fechamento do acesso às áreas de terras livres, principalmente na margem esquerda do rio São Francisco, o grande território de *gerais*. Esse movimento também foi associado à expansão da pecuária melhorada e ao gado zebu, criado em pastagens formadas. Compreendeu ainda a ocupação de grandes áreas de terras para plantio de eucaliptos, a drenagem de veredas e buritizais para cultivo

irrigado e o corte e cozimento da vegetação nativa para produzir carvão e abastecer o pólo de ferro-gusa da região Central de Minas Gerais.

Essas mudanças provocaram dois tipos de impactos sobre a população camponesa da região. Primeiro, o movimento de tomada de terras para os novos negócios rurais forçou o deslocamento de população para áreas urbanas. Segundo, a apropriação de grandes áreas para fazendas das firmas fechou a fronteira agrícola. Essa ofensiva de interesses empresariais sobre a terra efetivamente melhorou o rendimento da pecuária graças à genética bovina, aumentou a capacidade de suporte dos pastos com as gramíneas africanas, criou uma área estável de agricultura irrigada e sedimentou eucaliptais nas partes elevadas das terras, as chapadas. Em compensação, graças à drenagem de veredas, criou áreas de escassez de água e multiplicou os custos da sustentação dos longos períodos de estiagem, que passaram a ser mediados por programas dispendiosos, como carros-pipas, cisternas de plástico e poços artesianos.

Ao mesmo tempo, desde os anos 1980 começaram a ser criadas na região áreas de conservação, como parques e reservas. Estes, se assentaram sobre terrenos de empresas falidas e nas grandes áreas de terras de uso comum que permaneceram sob controle de coletividades camponesas, re-acentuando os processos de tomadas de terras camponesas e os conflitos ambientais. Neste cenário, os conflitos por terras e recursos se multiplicaram ao longo de quatro décadas, desembocando em movimentos consolidados de afirmação de identidades territoriais, fortalecendo organizações de representação rural e estimulando a reflexão sobre as peculiaridades deste território (OLIVEIRA, 2000; DAYRELL, 2000; GALIZONI, 2005; RIBEIRO, 2010).

Para além de perdas e conflitos, a existência de povos e comunidades tradicionais representa uma gigantesca potencialidade para a região, em virtude do extenso conhecimento sobre a natureza. A população das veredas, gerais, serras e vazantes dispõe de um conjunto sofisticado de técnicas que permite sua reprodução em áreas de recursos escassos, estabelecendo a possibilidade de re-criação de técnicas inovadoras de convivência com o semiárido, sistemas adaptados e territorializados de manejo da natureza. Isso abre um vasto campo para pesquisas sociais, que podem ser replicáveis para outras regiões e permitir o aperfeiçoamento de métodos de pesquisa; mas também viabiliza programas de

pesquisa que representem uma contribuição mais efetiva para o conhecimento científico dos dilemas sociais. As peculiaridades, a situação de fronteira biológica e social, cria um caldo rico de cultura para pesquisas que cumpram o papel social de dar base a novos programas públicos.

Tratar convenientemente essas questões territoriais do Norte mineiro exige uma apurada intervenção interdisciplinar. Estes temas estão em fronteiras que ultrapassam os limites usuais das disciplinas acadêmicas, e servem, além disso, como base para métodos de ação replicáveis em outras situações e regiões. Desse modo, uma resposta interdisciplinar praticamente se impõe na região, e o mestrado proposto busca exatamente embasar reflexões qualificadas que superem os limites da fragmentação da análise, além de viabilizar o adensamento da produção existente.

Montes Claros, município proposto para sediar o mestrado, desde os anos 1980 dispõe de um parque industrial diversificado, concentra as sedes regionais de agências públicas e tem capacidade de prover de serviços a ampla região que polariza. Com base nesta combinação entre indústria e serviços, a economia do município apresenta um dos mais destacados ritmos de crescimento econômico entre os municípios brasileiros.

A centralidade de Montes Claros foi acentuada, ainda, pelas migrações rural/urbano dos anos 1960 e 1970, que aceleraram o crescimento da cidade. Entre os anos 1960/2010 a população urbana de Montes Claros passou de 46.502 a 344.479 habitantes, representando uma expansão que superou o ritmo de crescimento de população urbana do estado e do país no mesmo período. Este acréscimo de população foi em grande parte constituído por lavradores emigrados do Norte mineiro, que saíram ou foram expulsos do campo em virtude das transformações fundiárias que reduziram as possibilidades de reprodução das unidades camponesas e eliminaram as relações costumeiras de moradia na grande propriedade rural. Mas, depois dos anos 1990, o ritmo de crescimento populacional da cidade passou a ser assegurado principalmente pela demanda de formação de jovens em cursos superiores. Existem na área urbana 18 estabelecimento privados de ensino superior, 2 instituições federais de ensino e 1 universidade estadual. Isso representava em 2013 cerca de 30.000 estudantes, e colocava o setor educação representando 50% do PIB do setor serviços em 2013,

ou 15% do PIB municipal. Educação, isoladamente, é o setor responsável pelo maior número de empregos na atividade de serviços do município. E ainda, além da população jovem que sai do Norte mineiro, do vale do Jequitinhonha e da Bahia em busca de ensino superior, Montes Claros recebe ainda milhares de estudantes que diariamente fazem o percurso entre as cidades vizinhas e as universidades e faculdades.

Desse modo, os cursos superiores de Montes Claros têm dado vazão à demanda por qualificação da população de uma vasta região, que, até os anos 1980, teria seguramente que se deslocar por mais de 400 quilômetros para ter acesso à educação. E o fato a ser destacado é que uma boa parte dos profissionais formados nestes cursos permanece no Norte mineiro ou retorna à sua região de origem, criando um movimento acentuado de melhoria da qualificação de pessoal em pequenos municípios numa área que, há 20 anos, dispunha de possibilidades muito limitadas de formação. Levantamentos exploratórios feitos pelo ICA/UFMG revelam que 90% dos estudantes originários do vale do Jequitinhonha que concluem graduação na UFMG, retornam ao seu município de origem; 85% dos mesmos do Norte mineiro. Assim, foi criada uma resposta da formação universitária para a demanda regional por capacitação. Mas, o outro efeito desta situação, é a contínua busca por mais conhecimentos, demanda por formar uma vocação para os cursos, que dado o perfil da demanda por ensino, extensão e pesquisa, tendem a se voltar para temas regionais.

A UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, é uma das maiores universidades federais do país, oferecendo 75 cursos de graduação, 68 cursos de mestrado e 58 doutorados, absorvendo 49.254 de estudantes entre graduação e pós-graduação em 3 campi, sendo 2 situados em Belo Horizonte e 1 em Montes Claros. A UFMG é centro de excelência em pesquisa e de formação em diversas áreas do conhecimento.

Por meio do Instituto de Ciências Agrárias (ICA), a UFMG está inserida na região Norte mineira desde 1968, primeiro por meio do ensino técnico, e a partir de 1998 oferecendo cursos de graduação que absorvem grande contingente de jovens do Norte, Nordeste e Noroeste de Minas e do Sudoeste da Bahia. A UFMG tem larga experiência na formação de estudantes e pesquisadores que aliam conhecimento técnico com postura científica investigativa e inserção regional.

Conta com uma estrutura robusta vinculada à pesquisa que permite a solidez em programas de pesquisa e capacitação em suas temáticas.

A UNIMONTES, Universidade Estadual de Montes Claros, foi criada em 1963 e estadualizada em 1989. A universidade conta com 1.391 professores, 12.661 estudantes em 52 cursos de graduação e 11 cursos de pós-graduação. Embora sediada em Montes Claros, a Unimontes mantém cursos em 12 municípios do Norte e Nordeste de Minas Gerais.

Além de dispor de número elevado de docentes e discentes, a Unimontes apresenta um forte vínculo com a região e com as demandas regionais de conhecimento. Isto se deve, em parte, à origem do corpo docente, constituído, em sua maioria, por naturais do Norte mineiro ou de áreas próximas, qualificado nas melhores universidades do Brasil. Mas se deve, principalmente, à capacidade que a Unimontes apresentou ao longo dos anos de estabelecer laços de pertencimento com o território em que atua, de forma a construir gradativamente uma expressiva capacidade de interpretação dos seus aspectos sócio-econômicos.

O Norte mineiro e as regiões que polariza têm características bem marcadas, destacando o forte sentimento de pertencimento, a cultura material muito específica e o esforço coletivo da sociedade e das instituições para definir as suas particularidades. Isto se materializa em manifestações culturais próprias, numa dieta singular e em alianças políticas locais consistentes. Este sentimento de pertencimento, no entanto, ultrapassa os limites das práticas locais e se manifesta no esforço de investigação da realidade regional que a Unimontes vem desenvolvendo. Compreende o conhecimento das culturas rurais da região, as especificidades dos grupos políticos, a avaliação das particularidades regionais *vis-a-vis* os programas e políticas nacionais. Esta inserção peculiar na realidade do semiárido mineiro criou ao longo dos anos um vasto cabedal de conhecimentos sobre as populações rurais, as dinâmicas urbanas das pequenas cidades e as (im)propriedades dos programas públicos.

Numa conjuntura em que a meta das instituições de ensino no país tem sido buscar a regionalização, a trajetória da Unimontes representa um considerável acúmulo pela capacidade de estabelecer diálogos com as demandas regionais e procurar respostas na pesquisa científica. Assim, mais que uma possibilidade de qualificação de profissionais da área polarizada por Montes Claros, esta proposta

de mestrado representa a possibilidade de expansão de um método de conhecimento territorial que se assenta de um lado nas demandas postas pela sociedade e pela economia regional, e de outro na capacidade efetiva de dar respostas a essas demandas pela capilarização das instituições de ensino.

As vantagens adquiridas pela Unimontes no conhecimento do seu território/região representam uma rica possibilidade de trocas, além de apoio efetivo de método para o Instituto de Ciências Agrárias da UFMG, que conta com um corpo docente que busca igualmente inserção na região. Desta forma, a parceria entre as duas instituições articula habilidades de ensino, pesquisa, extensão a uma grande capacidade de inserção e de capilaridade social.

Assim, situado na fronteira entre Sudeste e Nordeste, entre os biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, contando com associação de duas universidades, um mestrado interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Território no Norte de Minas Gerais apresenta pelo menos duas potencialidades.

A primeira, conforme explicitado, por existir na região um conjunto de circunstâncias que propicia o amadurecimento de metodologias interdisciplinares e pesquisas inovadoras nas fronteiras entre sociedades, espaços e natureza, servindo como referência temática para mestrandos oriundos de todas as regiões do país que estejam interessados numa abordagem interdisciplinar e no desenvolvimento destes temas de pesquisa.

A segunda, pela possibilidade de polarizar uma ampla área geográfica que atualmente é precariamente coberta por programas de pós-graduação. Potencialmente compreende o Sudoeste da Bahia, Norte e Nordeste de Minas Gerais, envolvendo os vales dos rios São Francisco (Alto-Médio), Jequitinhonha e Mucuri. Mas também compreende a possibilidade de formação para um vasto conjunto de profissionais de ensino, de serviço público e de organizações da sociedade civil que encontram escassas oportunidades de qualificação além do curso superior.

Assim, o programa de mestrado atende à demanda temática de capacitação interdisciplinar e à demanda regional. Esta, constituída por estudantes formados na Unimontes, UFMG e demais instituições de ensino da região. Dada a interdisciplinaridade do curso, são abertas amplas possibilidades de atração de

mestrandos originários dos cursos de Ciências Sociais, Humanas, Sociais Aplicadas e Ciências Socioambientais, mas também de Ciências Agrárias, Biológicas e Exatas.

O corpo docente que compõe este mestrado tem uma forte inserção social na região, tendo experiências em atividades que combinam pesquisa, ensino e extensão, mas principalmente têm forte vinculação com temáticas de organizações de agricultores familiares, de populações tradicionais e de trabalhadores organizados (ver detalhamento destas atividades nos itens cooperação e projetos de pesquisa).

Objetivos do Curso

O objetivo deste programa de mestrado é formar profissionais para compreender e analisar a relação entre Sociedade, Ambiente e Território, usando metodologias interdisciplinares. Visa articular a variedade de conhecimentos das diversas áreas das humanidades e ciências sociais aplicadas para fornecer ao mestrando habilidade para analisar dinâmicas sociais, ambientais e espaciais nas suas interfaces com o desenvolvimento, os territórios, os programas públicos, as transformações demográficas e as populações rurais.

Detalhadamente este programa se propõe a:

- (i) contribuir para compreender as relações complexas ente sociedade e espaço, explorando suas dimensões físicas, demográficas, históricas e culturais buscando construir metodologias e instrumentos de atuação em apoio ao desenvolvimento e à implementação de programas públicos;
- (ii) avançar científica e metodologicamente na exploração das fronteiras entre disciplinas acadêmicas, visando construir estudos e abordagens que articulem os diversos campos de saber e que forneçam recursos técnicos para abordagens interdisciplinares em estudos sobre sociedades complexas;
- (iii) articular abordagens locais e subnacionais com o cenário macro, econômico e político, de maneira a produzir condições para avançar na avaliação, na concepção e na seleção de prioridades territoriais e sociais de desenvolvimento;
- (iv) produzir conhecimentos sobre as dinâmicas sociais, culturais e históricas de espaços, populações e sociedades delimitados, fornecendo bases teóricas para compreensão de suas potencialidades e entraves;

- (v) colaborar para avançar no conhecimento sobre a agricultura familiar, desenvolvendo estudos sobre suas relações multifacetadas com a sociedade urbana, as políticas públicas, os espaços apropriados e os recursos naturais, criando as condições para articulação mais estreita com programa com agências de representação, mediação e desenvolvimento rural.

As duas proponentes, as instituições públicas de ensino superior UFMG e Unimontes, estão situadas em Montes Claros, na porção norte do estado de Minas Gerais, na fronteira do Semiárido, e a cidade polariza o Norte, Nordeste, porções do Noroeste mineiro e do sudoeste da Bahia. Nesta grande área estão consolidados, na segunda década dos anos 2000, dezenas de cursos de graduação em instituições públicas e privadas de ensino superior que asseguram a formação profissional em diversas áreas do conhecimento. Entretanto, existe uma lacuna no que diz respeito à pós-graduação: são poucos os cursos voltados para as questões emergentes da sociedade e dos profissionais que atuam na região: como conciliar a gestão de recursos naturais dos delicados ambientes e a diversidade das populações tradicionais desta área de transição com o desenvolvimento? Como criar programas públicos na escala subnacional que respeitem os arranjos territoriais e levem em conta questões ambientais?

Essas indagações, entre outras, se transformaram em demandas postas por instituições públicas, movimentos e organizações sociais desta área geográfica e ambientalmente fronteira, e representam dilemas importantes, tanto por resumir temas presentes em outras áreas da sociedade brasileira, quanto por representar importantes desafios analíticos, que devem ser enfrentados com o conhecimento interdisciplinar, que tem as condições para criar no desaguadouro desses temas novas fronteiras para o conhecimento, o desenvolvimento e a inovação.

Esta proposta de associação entre as duas Universidades surgiu assim da interação dos pesquisadores proponentes com as demandas de agências públicas de desenvolvimento e de organizações da sociedade civil que atuam na região, e visa articular a envergadura institucional em ciência e tecnologia da UFMG com a capilaridade da Unimontes nas temáticas locais e regionais, criando sinergias analíticas para formar um mestrado interdisciplinar consistente.

As equipes da UFMG e Unimontes, além da identidade de temas de pesquisa, construíram também identidade em áreas geográficas de estudo e métodos de pesquisa. Dadas as singularidades do Norte/Nordeste mineiro, as questões socioeconômicas emergentes relacionadas a conflitos socioambientais, populações tradicionais, desenvolvimento regional e programas públicos fazem parte do cardápio de temas abordados pelos componentes do corpo docente desta proposta de mestrado.

O mestrado terá uma única área de concentração denominada Sociedade, Ambiente e Território que focará inter-relações entre esses três grandes temas. Visa articular a diversidade de conhecimento das variadas áreas das humanidades e ciências sociais aplicadas para criar habilidades para analisar processos sociais, ambientais e espaciais em suas interfaces com desenvolvimento, territórios, programas públicos e dinâmicas demográficas.

O programa terá duas linhas de pesquisas:

Linha 1. Sociedade e ambiente

Esta linha tem como objetivos pesquisar as relações entre as sociedades e os recursos naturais, investigando os grupos humanos na sua interação com os ambientes naturais e construídos nas suas diversas situações. Compreende o estudo da criação de mecanismos de gestão de recursos, as ações coletivas e públicas de mediação, os conflitos e acordos em torno de fluxos e estoques de recursos da natureza. Igualmente, procura compreender as dinâmicas históricas de uso e distribuição de recursos naturais, identificando culturas e costumes associados a grupos humanos, transformações induzidas nas relações entre as sociedades humanas e a natureza. Inclui estudos sobre povos tradicionais e seus costumes relacionados a determinados biomas, as tensões originadas dos confrontos entre população e recursos, os programas e políticas associados aos recursos e à sua conservação. Configurando-se os seguintes eixos temáticos de pesquisa: (i) conflitos, (ii) cultura e recursos e (iii) população e natureza. Docentes alocados nesta linha: Andréa Zhouri, Felisa Cançado Anaya, Flávia M. Galizoni, Iara Sores França, Luiz Paulo Fontes Rezende, Roberto Nascimento Rodrigues e Heloísa Soares de Moura Costa.

Linha 2. Território e desenvolvimento

Com o propósito de pesquisar e desenvolver conhecimentos sobre as diversas interações entre os espaços, as ações humanas e o desenvolvimento, analisando as características sócio/econômicas/culturais de espaços determinados para compreender potencialidades e limites do crescimento. Compreende estudos sobre territorialidades, programas de desenvolvimento, interação rural/urbano, climas e técnicas de espaços subnacionais que configuram especificidades. Para tanto, concebe-se o território como uma categoria polissêmica que encerra processos dinâmicos, múltiplos, diversos e contraditórios nas formas de apropriação e uso da natureza. Estado e sujeitos sociais assumem assim importância pela sua ação política como gestores, mas também como produtores do território. Esta linha de pesquisa contemplará investigações sobre o processo contínuo de produção de territórios e a construção de políticas públicas de desenvolvimento territorial, com um foco articulado desta temática no semiárido e na sua relação com outras dinâmicas da sociedade brasileira, configurando-se os seguintes eixos temáticos de pesquisa: (i) programas públicos; (ii) território; (iii) semiárido. Docentes alocados nesta linha: Andréa M. Narciso Rocha de Paula, Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro, Hélder dos Anjos Augusto, Isabel C. Barbosa Brito, Klemens A. Laschefski, Roberto L. Montemór, Rômulo Soares Barbosa, Maria Helena de Souza Ide.

O curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território terá dois anos de funcionamento e uma entrada anual de estudantes. Terá direito ao título de mestre o(a) estudante que completar um mínimo de 22 (créditos) créditos. Contará com 4 disciplinas obrigatórias que darão base teórica interdisciplinar aos estudantes. São elas: “Metodologia de pesquisa interdisciplinar”, “Fundamentos teóricos em território, ambiente e sociedade” e Seminários de dissertação I e II. E serão 10 as disciplinas optativas: Cultura, população e natureza; Sujeitos sociais, identidades e territorializações; Programas públicos, desenvolvimento e gestão territorial; Semiárido: sociedade e natureza; Ecologia política; Licenciamento ambiental; Agricultura familiar, território e desenvolvimento; Urbanização e meio ambiente; Tópicos Especiais I e II.

Desta forma, espera-se num primeiro momento fortalecer nos estudantes enfoque teórico e metodológico interdisciplinar e, em momento posterior, solidificar base teórica,

massa crítica e consolidar o projeto de pesquisa. As disciplinas serão conduzidas por dois ou mais professores de modo a gerar sinergias e práticas constantes de exercitar olhares múltiplos, diversos e interdisciplinares sobre os temas abordados. O quadro abaixo explicita as disciplinas, sua relação com a linha de pesquisa e o semestre que será ofertada.

Quadro I: Organização curricular do curso.

Linha	Disciplina	Semestre
1 e 2	Metodologia de pesquisa interdisciplinar	1
1 e 2	Fundamentos teóricos em território, ambiente e sociedade	1
1 e 2	Seminário de dissertação I	1
1 e 2	Ecologia Política	1
1 e 2	Agricultura familiar, território e desenvolvimento	1
1 e 2	Licenciamento Ambiental	2
1 e 2	Urbanização e Meio Ambiente	2
1 e 2	Seminário de dissertação II	2
1 e 2	Tópicos especiais I	2
1 e 2	Tópicos especiais II	2
1	Cultura, população e natureza	1
1	Sujeitos sociais, identidades e territorializações	2
2	Programas públicos, desenvolvimento e gestão territorial	1
2	Semiárido: sociedade e natureza	2

O estudante realizará um exame de qualificação impreterivelmente no início do terceiro semestre. Os exames de qualificação ocorrerão com a participação de dois docentes, além do orientador. A defesa da dissertação deverá ocorrer até o final dos 24 meses do ingresso.

4.1 Grade Curricular

4.1.2 Ementas das disciplinas e referências bibliográficas recomendadas

Disciplina	
Código	Nome
	Metodologia de pesquisa interdisciplinar
Ementa	
Fundamentos teóricos, possibilidades e dificuldades metodológicas em pesquisa interdisciplinar; objetivos e métodos da pesquisa quantitativa; métodos qualitativos de pesquisa; métodos participativos de pesquisa; exercícios de metodologia aplicada à pesquisa interdisciplinar.	
Carga horária	
<i>Teórica</i>	<i>Total</i>
4	4
Bibliografia recomendada	
<i>Bibliografia Básica</i>	
<p>ACSERALD, H. (org) Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.</p> <p>ALVES-MAZZOTTI, A. J. ; GEVANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: pioneira, 1998.</p> <p>BABBIE, E. Métodos de pesquisa de survey. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999</p> <p>BAQUERO, M. Pesquisa quantitativa nas ciências sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2009.</p> <p>BARBETTA, P. Estatística para as Ciências Sociais. Florianópolis, Ed. UFSC, 2001 (4ªed. revista e ampliada).</p> <p>BOURDIEU, P. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>BRANDÃO, C. R. Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1987.</p> <p>CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>CORRAR, L., DIAS Fº, J.M. Análise Multivariada, Atlas. 2007.</p> <p>D'AMBRÓSIO, U. Transdisciplinaridade. S. Paulo: Palas Athena, 1997.</p>	

DOMINGUES, Ivan (org.). Conhecimento e transdisciplinaridade. Belo Horizonte: UFMG/IEAT, 2005.

GATTI, B.A. Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Série Pesquisa em Educação, v. 10. Brasília: Líber Livro Editora Ltda, 2005.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

KUHN, T. A Estrutura das Revoluções Científicas. 3 ed. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2003.

MALINOWSKI, B. Argonautas do pacífico ocidental. 2a edição. SP: Abril Cultural, 1978.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. 3 ed: Lisboa: Instituto Piaget, 2011

POSEY, D. A. *Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó)* in RIBEIRO, B. Suma Etnológica Brasileira, v.1 Etnobiologia. Petrópolis: Vozes/Finep, 1987.

PAVIANI, Jayme. Interdisciplinaridade: conceitos e distinções. Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.) Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e método. Porto alegre: Bookman, 2004

Disciplina	
<i>Código</i>	<i>Nome</i>
	Fundamentos teóricos em território, ambiente e sociedade
Ementa	
Processos socioambientais, as interações e dissensões entre política, ambiente e sociedade; dinâmicas demográficas, natureza, cultura e desenvolvimento; conceitos de sustentabilidade; território; identidades.	
Carga horária	
<i>Teórica</i>	<i>Total</i>
4	4
Bibliografia recomendada	
<i>Bibliografia Básica</i>	
ALMEIDA, A. W. B. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Terras De Quilombo, Terras	

- Indígenas, Babaçuais Livres, Castanhais Do Povo, Faxinais E Fundos De Pasto. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2008.
- CARVALHO, I. C. M. A invenção ecológica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O poder da Identidade. Volume 2. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e Natureza: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1998.
- CUNHA, M.C. Cultura entre aspas e outros ensaios sobre antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- DESCOLA, P. Ecologia e Cosmologia. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (orgs.). Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém, CEJUP, UFPA, NAEA, 1997.
- DIEGUES, C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec. NUPAUB/USP, 2004.
- ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setiembre, 2005, p.133- 168.
- FERREIRA, L. da C. Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil. São Paulo: Annablume, 2006.
- HAESBART. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOGAN, D., VIEIRA, P.F. (Orgs.). Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável. Campinas: Unicamp, 1995.
- LEFF, E. Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. São Paulo: Vozes, 2001.
- MOSCOVICI, S. Sociedade contra Natureza. Vozes, Petrópolis, 1975.
- MASSEY, D. Um Sentido Global do Lugar. In: ARANTES, A. (Org.). O Espaço da Diferença. Campinas: Papyrus, 2000.
- SAHLINS, M. Cultura e razão prática. Rio, Jorge Zahar, 2003.
- SACHS, I. Estratégias de Transição para o século XXI. Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo, Studio Nobel, 1993.

SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. (Orgs.) Território: Globalização e Fragmentação. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR/Annablume, 2002.

THOMAS, K. O Homem e o mundo natural. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

TUAN, YI-FU. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

ZHOURI, A. & LASCHEFSKI, K. In: Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Disciplina	
Código	Nome
	Seminário de dissertação I
Ementa	
Proporcionar consistência teórica para estruturar projetos de dissertação, capacitando os mestrandos para definição de escopo do projeto. A disciplina será composta por seminários de formação em temas interdisciplinares, de abrangência nacional e regional.	
Carga horária	
Teórica	Total
4	4

Disciplina	
Código	Nome
	Ecologia Política
Ementa	
Vertentes do ambientalismo, tendências hegemônicas e contra-hegemônicas; problematização das noções de desenvolvimento, modernização, desenvolvimento sustentável, natureza <i>versus</i> cultura, entre outras; institucionalização da temática ambiental (paradigma da modernização ecológica); crítica da Ecologia Política e da Justiça Ambiental.	

Carga horária	
<i>Teórica</i>	<i>Total</i>
3	3
Bibliografia recomendada	
<i>Bibliografia Básica</i>	
<p>THOMAS, Keith O homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.</p> <p>DIEGUES, Antonio Carlos – “ Etnoconservação da natureza: Enfoques Alternativos” IN Antonio Carlos Diegues (org.) Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo, Hucitec, 2000.</p> <p>DUPUY, Jean-Pierre. Introdução à crítica da Ecologia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.</p> <p>BRYANT, Raymond e BAILEY, Sinéad. Third World Political Ecology. London & New York: Routledge, 1997.</p> <p>LOPES, José Sergio Leite, Antonaz, Diana e Silva, Glaucia (orgs.). Ambientalização dos Conflitos Sociais. Participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004.</p> <p>SACHS, Wolfgang (ed.). O Dicionário do Desenvolvimento. São Paulo: Editora Vozes, 2000.</p> <p>ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs) A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.</p> <p>LEFF, Enrique. Saber Ambiental, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.</p> <p>MARTINEZ-ALIER, Joan “Justiça Ambiental (local e Global)” in Clóvis Cavalcanti (org.) Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e políticas públicas, São Paulo: Cortez, 1999.</p> <p>GORZ, André. Ecology as Politics. London: Pluto Press, 1987.</p> <p>ZHOURI e LASCHEFSKI (org) Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010.</p> <p>ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.</p>	

Disciplina	
<i>Código</i>	<i>Nome</i>
	Agricultura familiar, território e desenvolvimento
Ementa	
<p>Conceito histórico de agricultura familiar; agricultura familiar e desenvolvimento rural; dinâmica socioeconômica da agricultura familiar; agricultura familiar e programas públicos; técnicas, produção e abastecimento; agricultura familiar e movimentos sociais; ruralidade, pluriatividade e multifuncionalidade.</p>	
Carga horária	
<i>Teórica</i>	<i>Total</i>
3	3
Bibliografia recomendada	
<i>Bibliografia Básica</i>	
<p>ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo, HUCITEC, 1992.</p> <p>BRANDÃO, C.R. O ardil da ordem. 2ª edição. Campinas, Papyrus, 1986.</p> <p>BRUSCHINI, M.C. Uma abordagem sociológica da família. Revista Brasileira de Estudos de População. V.6, número 1, jan/jul 1989.</p> <p>CARNEIRO, M.J. E MALUF, R.S. MALUF - (orgs) Para além da produção. Rio de Janeiro, Mauad, 2006.</p> <p>CHAYANOV, A. V. The theory of peasant economy. American Economic Association, Homewood. Illinois: Irwin, 1966.</p> <p>GARCIA JÚNIOR. O sul, caminho do roçado. São Paulo, Marco Zero, 1990.</p> <p>GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural brasileiro. Campinas, Instituto de Economia, 2002.</p> <p>KAUTSKY, K. A questão agrária. Porto, Portucalense Editora, 1972.</p> <p>MARTINS, J.S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981.</p> <p>ORTEGA, A.C. Territórios deprimidos. Campinas, alínea, 2008.</p> <p>PLOEG, J.D. van der. Camponeses e impérios alimentares. . Porto Alegre, Editora UFRGS, 2009.</p>	

RIBEIRO, E.M. Sete estudos sobre a agricultura familiar do vale do Jequitinhonha. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2013.

SCHULTZ, T. W. A transformação da agricultura tradicional. RJ, Zahar, 1965.

WILKINSON, J. Mercados, redes e valores. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2009.

WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato. Revista Brasileira de Estudos de População. V.7, n.1, jan/jun 1990.

Disciplina	
<i>Código</i>	<i>Nome</i>
	Licenciamento Ambiental
Ementa	
<p>Alcance e limites do Licenciamento Ambiental; Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental; Conselhos de Política Ambiental; governança ambiental; participação; democracia; deslocamentos compulsórios; problema/impacto ambiental <i>versus</i> conflito ambiental; negociação e direitos; AEA- Avaliação de Equidade Ambiental.</p>	
Carga horária	
<i>Teórica</i>	<i>Total</i>
3	3
Bibliografia recomendada	
<i>Bibliografia Básica</i>	
<p>ACSELRAD, Henri. Internalização de custos ambientais – da eficácia instrumental à legitimidade política. In. Cadernos do IPPUR/UFRJ, Ano IX, nº 14, p.13-27, jan/dez, 1995.</p> <p>ANDRANDE, Maristela de Paula & FILHO, Benedito Souza. Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. EDUFMA, São Luiz, 2006.</p> <p>BLOEMER, Neusa Maria Sens. A Hidrelétrica de Campos Novos: camponeses, migração compulsória e atuação do Setor Elétrico. In. REIS, Maria José & BLOEMER, Maria Sens (Orgs.) Hidrelétricas e Populações Locais, Editora da UFSC, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 2001, p.93-118.</p>	

- COUTO, Rosa Carmina de Sena. Saúde e Projetos de Desenvolvimento na Amazônia: a caso das hidrelétricas. In. Novos Cadernos do Naea, vol.2, nº 2, dezembro 1999.
- GALIZONI, F. M. Terra, Ambiente e Herança no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In. Revista de Economia e Sociologia Rural, v.40, nº 3, Brasília, 2002, pp. 561-580.
- GELLERT, Paul K. & LYNCH, Barbara D. Mega-projects as displacements. In. International Social Science Journal, v. 55, 175, 2003, pp. 15-25.
- SANTOS, Ana Flávia Moreira; GALIZONI, Flávia Maria & RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães. As Comunidades Tradicionais do Alto Jequitinhonha Face à Hidrelétrica de Irapé: organização sociocultural e impactos. In: MPF. 1998-2002b. Procedimento Administrativo Cível nº 08112.001180/98-04, Belo Horizonte, 2002.
- SCOTT, Parry. Negociações e Resistências Persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Editora UFPE, Recife, 2009.
- SIGAUD, Lygia, MARTINS-COSTA, Ana Luiza & DAOU, Ana Maria. Expropriação do Campesinato e Concentração de Terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado. In. Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 214-290, Vértice, Editora dos Tribunais, ANPOCS, 1987.
- RELATÓRIO SÍNTESE: Projeto Equidade Ambiental. Rio de Janeiro: FASE/ ETTERN, 2011.
- ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs) *A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.
- ZHOURI, A. Diversidade cultural, Justiça Ambiental e *accountability*: desafios para a governança ambiental IN. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2008.
- ZHOURI, Andréa, *As Tensões do Lugar: sujeitos, hidrelétricas e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte, Ed UFMG, 2012.

Disciplina	
<i>Código</i>	<i>Nome</i>
	Urbanização e Meio Ambiente
Ementa	

Concepções de cidade e natureza. Condicionantes e implicações ambientais do processo de urbanização. Produção do espaço e da natureza no capitalismo. Risco, vulnerabilidade e desigualdade sócio-espacial. Sustentabilidade urbana e perspectivas do planejamento urbano-ambiental contemporâneo.

Carga horária

<i>Teórica</i>	<i>Total</i>
3	3

Bibliografia recomendada

Bibliografia Básica

ACSELRAD, Henri (org.). A duração das cidades; sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

COSTA, Heloisa S.M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 2, 2000, p. 55 - 71.

COSTA, Heloisa S.M. A trajetória temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. In: COSTA, G.M.; MENDONÇA, J.G. (orgs.). Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. p.80-92.

Espaço e debates, vol.35. Sócio-política do ambiente. São Paulo, NERU, 1991.

JACOBS, Jane. Morte e vida nas grandes cidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

HARVEY, David. Justice, nature and the geography of difference. Blackwell Publishers, 1996.

HAUGHTON, G.; HUNTER, C. Sustainable cities. London; Bristol: Jessica Kingsley Publis, 1994.

HISSA, Cássio E.V. (org.). Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

HOGAN, Daniel; MARANDOLA Jr., Eduardo (orgs.). População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: NEPO/UNICAMP; Brasília: UNFPA, 2009.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

Lefebvre, Henri. The production of space. Malden: Blackwell Publishing, 1991.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1998.

LIPIETZ, Alain. A regulação e a ecologia urbana. Cadernos IPPUR/UFRJ, ano VII, n.1, 1994.

LUDD, N. (org.). Apocalipse motorizado: a tirania do automóvel em um planeta poluído. São Paulo: Conrad Editora de Brasil.

MARTINE, George (org). População, meio ambiente e desenvolvimento. Verdades e contradições. Ed. UNICAMP, 1993.

MONTE-MÓR, Roberto L.M. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 111, p. 9-18, jul./dez. 2006.

MONTE-MÓR, Roberto L.M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A; SILVEIRA, M.L. (orgs.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

PEET, Richard; WATTS, Michael (eds.). Liberation ecologies; Environment, development, social movements. London; New York: Routledge, 1996.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev 2006.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2012

SMITH, Neil. Uneven development: nature, capital and the production of space. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa (orgs.). População e meio ambiente; debates e desafios. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

Disciplina	
<i>Código</i>	<i>Nome</i>
	Seminário de dissertação II
Ementa	

Apresentação e análise dos projetos de dissertação pelos mestrandos; além de contar com os docentes envolvidos, também contará com a presença de professores externos convidados que realizarão comentário e análises dos projetos. Para tanto, as apresentações de projetos ocorrerão de forma concentrada e com a participação do conjunto de docentes e estudantes envolvidos no mestrado.

Carga horária	
<i>Teórica</i>	<i>Total</i>
4	4

Disciplina	
<i>Código</i>	<i>Nome</i>
	Tópicos especiais I
Ementa	
Dilemas e proposições teóricas interdisciplinares vinculados às temáticas de Sociedade, Ambiente e Território. Conteúdo variável.	
Carga horária	
<i>Teórica</i>	<i>Total</i>
3	3

Disciplina	
<i>Código</i>	<i>Nome</i>
	Tópicos especiais II
Ementa	

Dilemas e proposições teóricas interdisciplinares vinculados às temáticas de Sociedade, Ambiente e Território. Conteúdo variável.

Carga horária

<i>Teórica</i>	<i>Total</i>
3	3

Disciplina

<i>Código</i>	<i>Nome</i>
	Cultura, população e natureza

Ementa

Análise de vertentes analíticas da relação entre cultura e natureza; apropriação social da natureza; sociedade, culturas e gestão de recursos da natureza; gestão de bens e recursos comuns; população e recursos.

Carga horária

<i>Teórica</i>	<i>Total</i>
3	3

Bibliografia recomendada

Bibliografia Básica

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais. In Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Vol. 6, Nº 1, maio. 2004

BLOCH, M. A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII.. Bauru: EDUSC, 2001 .

BOSERUP, E. Evolução Agrária e Pressão Demográfica. São Paulo, Hucitec/Polis, 1987.

BRANDÃO, C. R. Plantar, Colher, Comer. Rio de Janeiro, Graal, 1981.

BUARQUE DE HOLANDA, S. Caminhos e Fronteiras. Rio de Janeiro, José Olimpo, 1994.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. 453p.

- CUNHA, M. C. Conhecimento, cultura e culturas. In _____ Cultura com Aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009
- LEFF, E. Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2001.
- DIEGUES, A.C. E MOREIRA A. C. (orgs.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo, NUPAUB/USP, 2001.
- HOGAN, D.J. A relação entre população e ambiente: desafios para a demografia. In TORRES, H. E COSTA, H. (orgs) População e meio ambiente: debates e desafios. São Paulo, Senac, 2000.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Lisboa, Edições 70, 1988.
- MORAN, E. E OSTROM, E. (orgs) Ecossistemas florestais: interação homem-ambiente. São Paulo: Editora Senac/ Edusp, 2009
- OSTROM, E. Governing the commons. New York, Cambridge University Press, 1990.
- POLANYI, K. A grande transformação – as origens da nossa época. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980.
- SAHLINS, M.O. “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. MANA 3(1):41-73, 1997
- SAHLINS, M. “A primeira sociedade de afluência”. In Carvalho, E. A. (org.). Antropologia econômica. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.
- SANTOS, M. A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- THOMPSON, E. P. Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- TURNER, F. O espírito ocidental contra a natureza – mito, história e as terras selvagens. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- WOORTMANN, K. Com parente não se negueia - O campesinato como ordem moral in Anuário Antropológico/87. Editora Universitária de Brasília/ Tempo Brasileiro, 1990.

Disciplina	
Código	Nome
	Sujeitos sociais, identidades e territorialização

Ementa

Processos e movimentos de territorialização; identidades sociais e suas fronteiras identitárias; população e ambiente; conflitos socioambientais.

Carga horária

<i>Teórica</i>	<i>Total</i>
3	3

Bibliografia recomendada

Bibliografia Básica

- ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.
- CARA, R. B. Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires. In: SANTOS, M.; SOUZA, Ma A. A. & SILVEIRA, Ma L. (Orgs.). Território: Globalização e Fragmentação. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR/Annablume, 2002.
- CASTELLS, M. O poder da identidade. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 2. São Paulo: editora Paz e Terra, 2010.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Ministério da Educação e Cultura, 1960.
- DUARTE, L.F.D. Classificação e valor na reflexão sobre identidade social. In: CARDOSO, R. (org.). A Aventura Antropológica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p.70.
- ESCOBAR, A. Atores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática na Ciências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org).
- FONSECA, C. (org.). Fronteiras da Cultura, Horizontes e Territórios da Antropologia na América Latina. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do RS, 1994.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. Territórios Alternativos. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- HALL, S. Identidade Cultural na Pós-modernidade. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

- LITTLE, P. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. In: Horizontes Antropológicos, ano 12, n. 25, jan/jun. Porto Alegre, 2006, p. 85-103.
- LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: Simpósio Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia. XXIII REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, Gramado, jun. 2002.
- LOPES, J. S. L.; ANTONAZ, D. & SILVA, G. (Orgs.). Ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro; Relume-Dará, 2004.
- MAFFESOLI, M. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro, Forense, 1987.
- MARTÍNEZ ALIER, J. Justiça Ambiental (local e global). In: Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Editora Cortez, 1999.
- NIEMEYER, A. M. de & GODOY, E. P. (Orgs.). Além dos territórios. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- OLIVEIRA, R.C. de. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo, ed. Pioneira, 1976.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, Ma A. A.; SILVEIRA, Ma L. (Orgs.) Território: Globalização e Fragmentação. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR/Annablume, 2002.
- SAQUET, M. A. Abordagens e Concepções de Território. São Paulo: Expressão popular, 2007.
- SAQUET, M.A. et al. Agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In: Geografia Agrária, Território e Desenvolvimento. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Disciplina	
<i>Código</i>	<i>Nome</i>
	Programas públicos, desenvolvimento e gestão territorial
Ementa	

Reflexão teórica sobre desenvolvimento: teoria e história; desenvolvimento regional; desenvolvimento rural no Brasil; programas de desenvolvimento territorial; produção e dinâmica territorial; sociedade civil, espaços e gestão da natureza; organizações e desenvolvimento territorial.

Carga horária

<i>Teórica</i>	<i>Total</i>
3	3

Bibliografia recomendada

Bibliografia Básica

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia aplicada*, v.4, n.2, p.1-10, abr./jun. 2000.
- BAER, W. A economia brasileira. São Paulo, Nobel, 2002.
- COELHO, M.A.T. Os descaminhos do São Francisco. São Paulo, Paz & Terra, 2005.
- FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. Campinas. *Economia e Sociedade*, 1, ago/1992.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2008.
- LINHARES, M. Y.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- JESUS, C.M. Desenvolvimento territorial rural: análise comparada entre os territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha. Uberlândia, Tese (doutorado), IE/UFU, 2013.
- MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, n. 11(1), 1994.
- ORTEGA, A.C. Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.
- OLIVEIRA, M.F.M, RODRIGUES, L, CARDOSO, J. M. A; BOTELHO, T.R. Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros. Unimontes, 2000.
- SABOURIN, E. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VAN DER PLOEG, J.D. Camponeses e impérios alimentares. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (orgs) Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

Disciplina	
<i>Código</i>	<i>Nome</i>
	Semiárido: sociedade e natureza
Ementa	
<p>Abordagens de Semiárido, Nordeste, Sertão; construção histórica e cultural dos conceitos explicativos do Semiárido; violência e mandonismo; ambientes, população e regimes agrários; “economia sem produção”; programas públicos para o Semiárido; gestão das águas e conflitos socioambientais; desertificação; convívio com o Semiárido.</p>	
Carga horária	
<i>Teórica</i>	<i>Total</i>
3	3
Bibliografia recomendada	
<i>Bibliografia Básica</i>	
<p>ALBUQUERQUE JR., D.M. A invenção do Nordeste. 2ª. Edição. Recife: FJN, Editora Massangana; São Paulo, Cortez, 2001.</p> <p>ALVES, M.O. Mercado, arame e Estado: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará. Brasília, Tese (doutorado), CDS/UNB, 2012.</p> <p>ANDRADE, M.C. Terra e homem no Nordeste. 6ª. Edição, Recife, Editora Universitária da UFPE, 1986.</p> <p>CUNHA, E. Os sertões. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1967.</p>	

- DAYRELL, C.A. Os geraizeiros descem a serra: ou a agricultura de quem não aparece no agrobusiness. In: LUZ, C. Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade. Ed. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas; [Goiânia]: Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais, 2000.
- FREYRE, G. Nordeste. 5ª. edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.
- GALIZONI, F.M. (org.) Lavradores, águas e lavouras. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2013.
- GARCIA JÚNIOR, A.R. Terra de trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- GOMES, G.M. Velhas Secas em Novos Sertões: continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.
- MELLO, F.P.M. Guerreiros do sol. São Paulo, A Girafa, 2004.
- OLIVEIRA, F. de. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- RIBEIRO, E.M. ((org) Histórias dos gerais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.
- SAMPAIO, T. O rio São Francisco e a Chapada Diamantina. São Paulo, Cia das Letras, 2002.
- SILVA, R.M.A. Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. (Tese de Doutorado). Brasília: UNB/CDS, 2006.
- WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v. 7, n. 1, jan./jun. 1990.



UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO CANDIDO MENDES-CAMPOS

Campos dos Goytacazes, 25 de maio de 2020.

À Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

Prezados Senhores,

Esta Carta tem como finalidade apoiar e recomendar o Programa de Mestrado Associado em Sociedade, Ambiente e Território, da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Estadual de Montes Claros, para se associar como membro filiado à Anpur.

É um Programa cujo objetivo é formar profissionais para compreender e analisar a relação entre Sociedade, Ambiente e Território e que visa articular conhecimentos das áreas das humanidades e ciências sociais aplicadas, fornecendo habilidades para analisar dinâmicas sociais, ambientais e espaciais nas suas interfaces com o desenvolvimento. Estando credenciado junto a CAPES, o Programa vincula-se e está em consonância com a Área de Planejamento Urbano, Regional e Demografia.

Compreendemos que esta postulação é justa e que a filiação do referido Programa, contribuirá para enriquecer as ações concernentes a essa Associação e Área da CAPES.

Respeitosamente,

Eduardo Shimoda

Coordenador-adjunto do Programa em Planejamento Regional e Gestão da
Cidade da Universidade Candido Mendes - Campos

Pau dos Ferros, 26 de maio de 2020.

À Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

Prezados Senhores,

Esta Carta tem como finalidade apoiar e recomendar o **Programa de Pós-Graduação em Sociedade, ambiente e Território**, mestrado associado entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) para se associar como membro filiado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR.

O objetivo deste programa de mestrado é formar profissionais para compreender e analisar a relação entre Sociedade, Ambiente e Território, usando metodologias interdisciplinares. Visa articular a variedade de conhecimentos das diversas áreas das humanidades e ciências sociais aplicadas para fornecer ao mestrando habilidade para analisar dinâmicas sociais, ambientais e espaciais nas suas interfaces com o desenvolvimento, os territórios, os programas públicos, as transformações demográficas e as populações rurais.

O programa tem uma única área de concentração: *Sociedade, Ambiente e Território* que foca inter-relações entre esses três grandes temas. Conta com duas Linhas de Pesquisa: i) *Sociedade e ambiente*, e ii) *Território e desenvolvimento*; com um conjunto significativo de componentes curriculares, sendo quatro (04) componentes obrigatórios e dez (10) optativos; e com um quadro de professores que tem uma forte inserção social na região, tendo experiências em atividades que combinam pesquisa, ensino e extensão, mas principalmente têm forte vinculação com temáticas de organizações de agricultores familiares, de populações tradicionais e de trabalhadores organizados. Dessa forma, o Programa vincula-se e está em consonância com a Área Planejamento Urbano, Regional/Demografia da Capes.

Compreendemos que esta postulação é justa e que a filiação do referido Programa, contribuirá para enriquecer as ações concernentes a essa Associação e Área Capes.

Respeitosamente,



Prof. Dra. Maria Losângela Martins de Sousa
Coordenadora do PLANDITES
Matrícula nº 122696
Portaria nº 267/2019 – GR/UERN

Natal, 26 de maio de 2020

À Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR).

O programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, recomenda à ANPUR que acate o pedido de filiação do Programa de Pós Graduação MESTRADO ASSOCIADO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO, desenvolvido em associação da Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Estadual de Montes Claros. Localizado em um território rico de diversidades de biomas, culturas e interações sociais. O curso de pós-graduação stricto sensu com abordagem regional, localizado em Monte Claros soma-se às outras iniciativas de ensino superior existente na cidade, e abre um importante diálogo com os demais programas regionais e de enfoque territorial atuantes no Brasil. O MASAT está em atuação desde 2015, com 49 mestre titulados até julho de 2019. Integra a área de PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA. Possui quadro docente interdisciplinar e qualificado. Tem potencial para contribuir com as discussões, atividades e interações da ANPUR.

Cordialmente,

SARA RAQUEL FERNANDES QUEIROZ DE MEDEIROS
Coordenadora do PPEUR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS.
UFRN. CNPJ: 24.365.710/0001-83

Endereço: Campus Universitário. Avenida Senador Salgado Filho, Bairro Lagoa Nova, CEP: 59078-970, Natal/RN – Brasil. Tel. (84)3342-2224, opção 3site: www.cchla.ufrn.br/ppour, e-mail: ppour2@cchla.ufrn.br

PARECER SOBRE A FILIAÇÃO DO MESTRADO ASSOCIADO
UFMG/UNIMONTES EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO À ANPUR

O programa de pós-graduação MESTRADO ASSOCIADO UFMG/UNIMONTES EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO preenche todos os requisitos necessários à sua filiação à ANPUR.

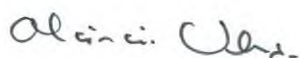
O coordenador do programa encaminhou carta de solicitação da filiação, com informações anexas pormenorizadas sobre o programa. Trata-se de iniciativa, entre a UFMG e a UNIMONTES (Universidade Estadual de Montes Claros), de interiorização da pós-graduação, tendo como sede o município de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, na fronteira de transição entre o Sudeste e o Nordeste.

Visa a capacitar e atender a importante demanda regional de egressos de várias instituições universitárias de seu entorno, como também de técnicos da iniciativa pública e privada da região. O programa é interdisciplinar e conta com duas linhas de pesquisa (Sociedade e Ambiente; Território e Desenvolvimento). O documento também detalha as disciplinas ofertadas e suas respectivas ementas. No site do programa, é também possível encontrar várias outras informações relevantes, em particular o perfil multidisciplinar do seu corpo docente.

Em maio de 2020, o programa já contabiliza 47 dissertações defendidas e aprovadas.

Sou de parecer FAVORÁVEL à filiação do programa à ANPUR.

Em 26 de maio de 2020.



Márcio Moraes Valença
Presidente da ANPUR